

LEI NATURAL E DIREITOS NATURAIS

John Finnis

Tradutora

Leila Mendes

EDITORA UNISINOS

Coleção *Dike*

© 1980 John Finnis
Título original:
Natural law and natural rights
ISBN 0-19-876110-4

2006 Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil cedidos à
Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

EDITORA UNISINOS
ISBN 978-85-7431-310-8

Coleção Dike

Sob direção de Vicente de Paulo Barretto

Impressão, inverno de 2007

Editor
Carlos Alberto Gianotti

Tradutora
Leila Mendes

Revisores
André Vieira
Renato Deitos

Editoração
Décio Remigius Ely

Capa
Mari Pini

A reprodução, ainda que parcial, por qualquer meio, das páginas que compõem este livro, para uso não-individual, mesmo para fins didáticos, sem autorização escrita do editor, é ilícita e constitui uma contrafação danosa à cultura.

Foi feito o depósito legal.

SUMÁRIO

- 09** Abreviaturas
- 11** Prefácio
- 15** Apresentação da edição brasileira

Parte Um

- 17** I. APRECIÇÃO E DESCRIÇÃO DO DIREITO
 - 17** I.1 A formação de conceitos para uma ciência social descritiva
 - 21** I.2 Atenção ao propósito prático
 - 23** I.3 Seleção do caso central e significado focal
 - 25** I.4 Seleção ou ponto de vista
 - 30** I.5 A teoria do direito natural
 - 31** Notas

- 35** II. IMAGENS E OBJEÇÕES
 - 35** II.1 Direito natural e teorias de direito natural
 - 37** II.2 Validade jurídica e moralidade
 - 40** II.3 A variedade de opiniões e práticas humanas
 - 44** II.4 A inferência ilícita de fatos para normas
 - 47** II.5 Hume e Clarke sobre “ser” e “dever-ser”
 - 53** II.6 Os antecessores de Clarke
 - 58** II.7 O argumento da “faculdade desviada”
 - 58** II.8 Direito natural e a existência e a vontade de Deus
 - 59** Notas

Parte Dois

- 67** III. UMA FORMA BÁSICA DO BEM: CONHECIMENTO
 - 67** III.1 Um exemplo

- 68 III.2 Da inclinação para a apreensão do valor
- 70 III.3 Princípio prático e participação no valor
- 72 III.4 Que o conhecimento é bom é evidente por si mesmo
- 76 III.5 “Objeto do desejo” e objetividade
- 80 III.6 O ceticismo acerca deste valor básico é indefensável
- 82 Notas

87 IV. OS OUTROS VALORES BÁSICOS

- 87 IV.1 Estudos teóricos dos valores “universais”
- 91 IV.2 As formas básicas do bem humano: uma reflexão prática
 - 91 A. Vida
 - 91 B. Conhecimento
 - 92 C. Jogo
 - 93 D. Experiência estética
 - 93 E. Sociabilidade (amizade)
 - 93 F. Razoabilidade prática
 - 94 G. “Religião”
- 95 IV.3 Uma lista exaustiva?
- 97 IV.4 Todos igualmente fundamentais
- 100 IV.5 É o prazer o propósito de tudo?
- 102 Notas

105 V. OS REQUISITOS BÁSICOS DA RAZOABILIDADE PRÁTICA

- 105 V.1 O bem da razoabilidade prática estrutura nossa busca dos bens
- 109 V.2 Um plano coerente de vida
- 110 V.3 Sem preferências arbitrárias por valores
- 111 V.4 Sem preferências arbitrárias por pessoas
- 114 V.5 Desprendimento e compromisso
- 115 V.6 A relevância (limitada) das conseqüências:
 - 110 eficiência dentro dos limites do bom senso
- 122 V.7 Respeito por cada valor básico em cada ato
- 127 V.8 Os requisitos do bem comum
- 127 V.9 Seguindo os ditames da própria consciência
- 128 V.10 O produto desses requisitos: a moralidade
- 130 Notas

137 VI. COMUNIDADE, COMUNIDADES E BEM COMUM

- 137 VI.1 Razoabilidade e interesse pessoal
- 138 VI.2 Tipos de relação unificadora
- 141 VI.3 Comunidade de “negócios” e comunidade de “jogos”

143	VI.4 Amizade
145	VI.5 “Comunismo” e “subsidiaridade”
148	VI.6 Comunidade completa
151	VI.7 A existência de uma comunidade
154	VI.8 O bem comum
156	Notas
161	VII. JUSTIÇA
161	VII.1 Elementos da justiça
164	VII.2 Justiça geral
165	VII.3 Justiça distributiva
172	VII.4 Critérios de justiça distributiva
176	VII.5 Justiça comutativa
182	VII.6 Justiça e o Estado
185	VII.7 Um exemplo de justiça: falência
190	Notas
195	VIII. DIREITOS
195	VIII.1 Direitos “naturais”, “humanos” ou “morais”
196	VIII.2 Uma análise do discurso sobre direitos
202	VIII.3 São deveres “anteriores a” direitos?
206	VIII.4 Direitos e o bem comum
213	VIII.5 A especificação dos direitos
216	VIII.6 Direitos e igualdade de consideração e de respeito
218	VIII.7 Direitos humanos absolutos
221	Notas
227	IX. AUTORIDADE
227	IX.1 A necessidade de autoridade
229	IX.2 Os significados de “autoridade”
233	IX.3 Formação de convenções ou regras costumeiras
239	IX.4 A autoridade de governantes
245	IX.5 “Obrigados a obedecer a suas próprias regras”?
248	Notas
255	X. LEI
255	X.1 Lei e coerção
259	X.2 Punição injusta
260	X.3 As principais características da ordem jurídica
264	X.4 Estado de Direito

- 267 X.5 Limites do Estado de Direito
- 270 X.6 Uma definição de lei
- 274 X.7 Derivação de lei “positiva” da lei “natural”
- 282 Notas

- 289 XI. OBRIGAÇÃO
 - 289 XI.1 “Obrigação”, “deveria” e necessidade racional
 - 290 XI.2 Obrigação promissiva
 - 299 XI.3 Força obrigatória variável e invariante
 - 304 XI.4 “Legalmente obrigatório”: o sentido legal e o sentido moral
 - 309 XI.5 Obrigação contratual por lei: cumprimento ou compensação?
 - 313 XI.6 Obrigação legal no sentido moral:
 - 010 cumprimento ou submissão às penalidades?
 - 318 XI.7 Obrigação e vontade legislativa
 - 323 XI.8 “Razão” e “vontade” em decisões, legislação e obediência à lei
 - 328 XI.9 Obrigação moral e a vontade de Deus
 - 329 Notas

- 337 XII. LEIS INJUSTAS
 - 337 XII.1 Uma preocupação subordinada da teoria da lei natural
 - 338 XII.2 Tipos de injustiça na lei
 - 340 XII.3 Efeitos da injustiça sobre as obrigações
 - 347 “Lex injusta non est lex”
 - 351 Notas

- Parte Três

- 353 XIII. NATUREZA, RAZÃO, DEUS
 - 353 XIII.1 Mais outras questões sobre o propósito da existência humana
 - 359 XIII.2 Ordens, desordens e a explicação da existência
 - 368 XIII.3 Natureza divina e “Lei Eterna”: especulação e revelação
 - 376 XIII.4 Lei natural como “participação da Lei Eterna”
 - 381 XIII.5 Reflexões finais sobre o propósito e a força da razoabilidade
 - 010 prática
 - 387 Notas

- 391 Índice remissivo